

Data Venia



Ana Maria Campos
camposanamarca5@gmail.com

Guerra da PGR ao crime organizado

A Procuradoria-Geral da República estuda criar uma unidade para tratar de forma contundente o combate ao crime organizado. Será muito mais do que uma força-tarefa. Trata-se de um órgão central com integrantes do Ministério Público a ser montado para enfrentar o problema que adquiriu prioridade sem precedentes diante do avanço das organizações criminosas no país. Subordinado à PGR, o órgão poderá colaborar com investigações em todo o país, sempre que um procurador encontrar um caso de grandes proporções.



Instagram

Idealizador

O projeto está pronto e foi elaborado há quatro anos pelo vice-procurador-geral da República, Hindemburgo Chateaubriand Filho. Na gestão de Rodrigo Janot, ele foi corregedor-geral do Ministério Público Federal. Foi aí que a ideia surgiu, como uma forma de aperfeiçoar o trabalho de forças-tarefas, como a de Curitiba, da Lava-Jato.



Pedido de sustentação oral

O advogado Jules Michelet Pereira de Queiroz e Silva, que representa a Câmara dos Deputados, protocolou um pedido no Supremo Tribunal Federal (STF) para a realização de sustentações orais de representantes das partes no julgamento que trata das sobras partidárias, pautado para ser retomado no plenário na próxima quinta-feira. A análise teve início no ano passado em votação virtual, mas agora será presencial. Em discussão, a resolução do TSE que estabeleceu a distribuição dos votos. O processo pode mudar as bancadas na Câmara. “É recomendável a realização de sustentação ante a faculdade dos julgadores de alterar seus votos até a proclamação do resultado”, afirma o advogado.

Ed Alves/CB/D.A Press



“É POSSÍVEL TECER UM PANORAMA EM QUE NÓS TEMOS A REDUÇÃO DO ARMAMENTISMO IRRESPONSÁVEL E NÃO TEMOS O CRESCIMENTO DAS TAXAS DE

CRIMINALIDADE VIOLENTA, PELO CONTRÁRIO, ROMPENDO DEFINITIVAMENTE AQUELA SUPOSTA RELAÇÃO DE CAUSA E EFEITO DE QUE MAIS ARMAS, MENOS CRIMES. MOSTRAMOS QUE MENOS ARMAS E MENOS CRIMES. ESSA É A SÍNTESE DESSE PANORAMA”

Flávio Dino, ministro do STF a tomar posse



Protocolo para salvar grávidas em risco

Pouca gente sabe, mas o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) faz um trabalho importante de avaliação e triagem de casos de risco materno. A Pro-Vida faz a análise, com parecer médico, e encaminha as mulheres para os hospitais. Há uma entrevista pessoal e com familiares e são apresentados todos os riscos. Em média, há um caso por mês.

Hospital de referência

A legislação não exige decisão judicial para que a mulher consiga fazer o aborto legal. Nos casos de violência sexual ou de feto anencéfalo, a mulher pode se dirigir diretamente ao hospital para ser atendida sem necessidade de boletim de ocorrência. Em Brasília, o hospital de referência é o HMIB, que tem um programa para atendimento humanizado dessas pacientes. Quando o caso é de inviabilidade do feto (mas diferente da anencefalia), o HMIB encaminha o relatório da paciente para que o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios expeça um parecer jurídico, segundo explica a assessoria de comunicação da instituição.

Vida dura

Não vai ser fácil a vida do novo secretário nacional de Segurança Pública, Mario Sarrubbo. A Associação dos Delegados de Polícia



Governo do Estado de São Paulo/Divulgação

do Brasil reagiu à ideia de criação de um Gaeco Nacional anunciada pelo procurador-geral de Justiça de São Paulo, escolhido pelo ministro Ricardo Lewandowski para atuar em sua equipe. É parte do velho embate entre policiais e Ministério Público sobre o poder de investigação, segundo avaliam integrantes das duas instituições. Sarrubbo é bem MP: combativo, firme e linha dura. Sempre apoiou os Gaecos de outros estados. Sabe que uma andorinha só não faz verão.